



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE FORMIGA - PREVIFOR

DECISÃO DOS RECURSOS (INFRARRELACIONADOS)

I DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes aos cargos disponibilizados para o Concurso Público do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Formiga, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **EDITAL Nº 01, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2019**.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome	Cargo
982000071	Laís Brunnelli Da Mata	Advogado Previdenciário
982000141	Maria Clara Lopes Soares	Advogado Previdenciário
982000286	André Luís Mendes Evangelista	Advogado Previdenciário
982000530	Ana Luiza Abreu Silva	Advogado Previdenciário
982000552	Laís Rabelo Belo	Advogado Previdenciário
982000643	Bruno Cavalcanti Leite	Advogado Previdenciário
982000749	Keile Cristina Alves Parreiras Rodrigues	Advogado Previdenciário
982000017	Deividly Leon Cunha Santos	Assistente Previdenciário
982000102	Mainara Lacerda Dos Reis	Assistente Previdenciário
982000111	Francisca Joria Da Silva	Assistente Previdenciário
982000216	Maria Teresa Carvalho Fonseca	Assistente Previdenciário
982000228	Fabiano Gonçalves Da Rocha	Assistente Previdenciário
982000401	Edlayne Da Silva Cravo	Assistente Previdenciário
982000462	Daiane Ferreira Arantes Beraldo	Assistente Previdenciário
982000477	Michely Da Costa Silva	Assistente Previdenciário
982000486	Eduardo Da Costa Guimarães	Assistente Previdenciário
982000487	Guilherme Da Costa Guimarães	Assistente Previdenciário
982000517	Nathalia Izabel Ferreira Costa	Assistente Previdenciário
982000569	Juliana Carolina De Oliveira Santos	Assistente Previdenciário
982000614	Ana Paula Cunha	Assistente Previdenciário
982000790	Dayane Neiza De Castro Ramos	Assistente Previdenciário
982000801	Viviane Tavares Campos	Assistente Previdenciário
982000391	Karen Cristine Mendonça Gonçalves	Controlador Interno Previdenciário
982000458	Suelem Alvarenga Rodrigues Silva	Controlador Interno Previdenciário
982000706	Fabiula Fernandes Meneses	Controlador Interno Previdenciário
982000852	Liliane Cristina Bernardes	Controlador Interno Previdenciário
982000866	Camilo Fortunato Da Silva	Controlador Interno Previdenciário

II
DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Advogado Previdenciário

Tipo de Prova: Tipo 1 – BRANCA

Questão: 01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para atender ao comando desta questão, deve-se analisar o que se sugere sobre o título do texto em cada uma das alternativas. Na alternativa A, sugere-se que o título revela a concepção do autor sobre originalidade. “Revelar” significa “mostrar”, “fazer conhecer”, o que não é o caso do título escolhido para esse texto, o qual não esbarra na definição de originalidade. Na alternativa B, sugere-se que o título explicita o tema do texto, antecipando a perspectiva sobre a qual ele será abordado, entretanto, o tema desse texto é a obsessão contemporânea pela originalidade, e essa informação não é apresentada pelo título. Na alternativa C, sugere-se que o título recorta uma informação fundamental do texto para apreensão do tema. Isso pode ser comprovado, já que há um recorte do tempo necessário (“setecentos anos”) para um “desenvolvimento” próspero de valores sociais, portanto, essa alternativa atende ao comando desta questão. Na alternativa D, sugere-se que o título estabelece uma relação tangencial em relação ao tema, para evitar expor o posicionamento do autor diante do impasse abordado no texto. Essa interpretação, porém, não pode ser comprovada no texto, porque com a expressão “setecentos anos” o autor tangencialmente expõe seu posicionamento em relação ao culto da originalidade. Sendo assim apenas a alternativa C atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Editora Parábola, 2010.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOCH; ELIAS. *Ler e compreender os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

Questão: 02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para atender ao comando desta questão, deve-se analisar o que se afirma em I, II e III. Em I, afirma-se que o autor defende a tese de que o passado deve ser preservado e aperfeiçoado continuamente em busca de uma vida cada vez mais próspera, o que se comprova nesta passagem do texto: “uma das maiores formas de ignorância é a ideia de que os ancestrais e os idosos não servem para nada”. Em II, afirma-se que a expressão “ganhou ares de”, utilizada no primeiro parágrafo, significa “apresentar-se como” e confere ao texto certo grau de coloquialidade, o que está adequado, já que se trata de uma expressão figurativa comumente utilizada para indicar “uma aparência de”, “um modo de ser”. Em III, afirma-se que a referência a “defensores de uma atitude progressista” sinaliza a importância defendida pelo autor de se romper com os padrões morais vigente, a fim de promover revoluções sociais, mas essa afirmação não pode ser confirmada no texto, porque o autor diz que inclusive os defensores de uma atitude progressista estão incorrendo na crença da originalidade como solução para os problemas sociais, fato do qual discorda. Sendo assim, apenas o que se afirma em I e II está correto e a alternativa D atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Editora Parábola, 2010.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOCH; ELIAS. *Ler e compreender os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

Questão: 03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para atender ao comando desta questão, deve-se analisar os motivos sugeridos nas alternativas que permitiriam aproximar a história contada pelo autor ao gênero textual fábula. Na alternativa A, sugere-se que a história foi escrita para crianças, porém, ainda que seja uma das características desse gênero, a história contada não tem crianças como público-alvo. Na alternativa B, sugere-se que a história se aproxima do gênero fábula, porque o desfecho da história provoca uma reflexão, com caráter instrutivo. Essa também é uma das características desse gênero textual e pode ser comprovada nesta passagem do texto: “Qual a moral dessa história? [...]. Setecentos anos são necessários para você ver e cultivar a beleza [...]”. Na alternativa C, sugere-se que a aproximação da história com o gênero textual fábula é decorrente da utilização de personagens inanimados que representam qualquer pessoa, mas os personagens são seres animados e humanos, o que distancia a história do gênero fábula, que, em geral, apresenta seres inanimados ou animais com comportamentos humanos. Na alternativa D, sugere-se que a história se aproxima do gênero fábula por causa do uso de prosopopeia, o que não está de acordo com o texto, já que os personagens da história são seres humanos, não objetos ou animais aos quais se atribuem características humanas. Sendo assim, apenas a alternativa B atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Editora Parábola, 2010.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOCH; ELIAS. *Ler e compreender os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

Questão: 05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para atender ao comando desta questão, deve-se avaliar se as afirmativas do enunciado são verdadeiras ou falsas e, em seguida, identificar a sequência correta em uma das alternativas sugeridas para resposta. A primeira afirmativa diz que o termo “vida” é metaforicamente comparado a “jardim”, porém, se fosse metáfora o elemento comparativo “como” não poderia estar presente na construção do trecho, então, essa afirmativa é falsa. A segunda afirmativa diz que, se o elemento “como” fosse suprimido do trecho, a comparação continuaria a existir implicitamente. Esta afirmativa, portanto, é verdadeira, já que a palavra “como” é o marcador linguístico utilizado para explicitar a comparação. A terceira afirmativa diz que a linguagem do trecho em questão é conotativa, porque as palavras foram empregadas em sentido próprio e preciso. Esta afirmativa é falsa, porque as palavras foram utilizadas em sentido figurado, metafórico, e não em sentido literal, denotativo. Sendo assim apenas a alternativa B atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Editora Parábola, 2010.
- FERREIRA, M. *Aprender e praticar gramática*. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOCH; ELIAS. *Ler e compreender os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

Questão: 06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para atender ao comando desta questão, deve-se analisar o que se afirma em I, II e III sobre o trecho do enunciado. Em I, afirma-se que a palavra “mais” foi usada para explicitar uma relação lógica de sentido de oposição, entretanto, essa palavra é um advérbio e serve para intensificar o verbo “ter”. Em II, afirma-se que as vírgulas foram usadas para isolar adjunto adverbial deslocado, o que está correto, já que a informação isolada pelas vírgulas tem valor temporal e se apresenta na ordem indireta na oração subordinada adverbial consecutiva. Em III, afirma-se que há respectivamente uma relação de causa e consequência no trecho em questão, o que também está correto, e pode ser comprovado pela relação estabelecida entre os conectivos “tanto/que”. Sendo assim, apenas a alternativa D atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Editora Parábola, 2005.

- CEGALLA. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. *Aprender e praticar gramática*. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

Questão: 07

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

Para atender ao comando desta questão, deve-se analisar a informação retomada pelos pronomes destacados em cada uma das alternativas. Na alternativa A, destaca-se o pronome “sua” neste contexto: “Mesmo que o capitalismo, na sua fúria pelo fetiche da inovação”. Nota-se que o pronome está adequadamente substituindo a informação sugerida entre parênteses: mesmo que o capitalismo, na fúria do capitalismo pelo fetiche da inovação. Na alternativa B, o pronome “ela” retoma “brasileira”, ou seja, a outra personagem da história, e não a personagem (“a pequena senhora”) sugerida entre parênteses, portanto, esta alternativa não atende ao comando desta questão. Na alternativa C, o pronome “aqui” destacado retoma adequadamente a informação sugerida entre parênteses, como se pode confirmar em: “setecentos anos são necessários para você ver e cultivar a beleza, que aqui não representa a beleza puramente estética” ou seja, setecentos anos são necessários para você ver e cultivar a beleza, que [na história] aqui não representa a beleza puramente estética. Na alternativa D, o pronome “isso” também retoma adequadamente a informação entre parênteses: “[acreditar que o futuro depende dos mais velhos] isso em nada significa a adesão cega [...]”. Sendo assim, apenas a alternativa B atende ao comando desta questão e o gabarito preliminar, então, deve ser alterado para esta alternativa.

Fontes:

- ANTUNES. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- CEGALLA. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. *Aprender e praticar gramática*. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

Questão: 09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para atender ao comando desta questão, deve-se interpretar o contexto do trecho destacado. Essa interpretação revela que o autor utiliza duas fases da vida para criticar negativamente o posicionamento de alguns que são a favor da originalidade. “Recém-nascido” está relacionado a essa ideia de criação original, inovação, novidade; e “adolescentes raivosos” ilustra a interrupções da continuidade do que já foi criado, a fim de engrandecer o que é considerado original. Sendo assim, a alternativa A atende ao comando desta questão. Na alternativa B, sugere-se “reutilização das ideias antigas” e “abertura para o novo”, essas ideias não são representativas da imagem de “recém-nascido” e “adolescentes raivosos”. Na alternativa C, sugere-se “desobediências” e “restauração de padrões desgastados” o que também não revela o sentido atribuído pelo autor às fases da vida citadas. Na alternativa D, sugere-se interpretar denotativamente as expressões destacadas, o que não revela o sentido do trecho destacado. Sendo assim, apenas a alternativa A atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- _____. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Editora Parábola, 2010.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOCH; ELIAS. *Ler e compreender os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

Questão: 13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recuso é IMPROCEDENTE, já que o comando da questão é claro ao solicitar a afirmativa INCORRETA sobre a distribuição populacional; portanto, a alternativa “A) O crescimento populacional vem registrando aumentos significativos” está INCORRETA, uma vez que as estatísticas mostram que há uma queda no ritmo de crescimento da população global. Nos anos 1990, esse crescimento era de 82 milhões de pessoas por ano. De acordo com as estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), a Terra terá pouco mais de 9 bilhões de habitantes em 2050,

crescendo a um ritmo anual de 0,33%, taxa bem inferior à atual, que é de 1,2%. A afirmativa “C) África é o continente que possui a maior taxa de crescimento populacional” está correta, já que não exclui a citação referente ao continente Asiático. Apenas confirma que tal continente possui uma evidente taxa do crescimento populacional. As informações “**Segundo novo relatório, habitantes do planeta devem chegar a 9,7 bilhões de pessoas em 2050 e cerca de 11 bilhões em 2100; em 2018, pela primeira vez, mais pessoas tinham 65 anos ou mais do que menos de cinco anos.**” (Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/numero-de-pessoas-no-mundo>. Acesso em: 03/03/2021. Com adaptações.) se tratam somente de esclarecimentos motivadores, ou seja, fundamentos para fins de contextualização do tema a ser indagado. Reitera-se que tais informações encontram-se embasadas no último relatório; não é retratado de que o crescimento populacional vem registrando aumentos significativos; já que esta informação é falsa, inverídica.

Fonte:

- Almanaque Abril 2012 (São Paulo: Editora Abril, 2012, p. 110).

Questão: 14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão é clara ao solicitar a afirmativa correta quanto à responsabilidade penal juvenil; não se referindo à pena como medida de segurança. A afirmativa correta é “B) Ao cometer um delito, um indivíduo considerado responsável será submetido a uma determinada pena”, pois, sendo que pela responsabilidade penal juvenil, o jovem tem o dever jurídico de responder pela ação delituosa que recai sobre si. Ao cometer um delito, um indivíduo considerado responsável será submetido a uma pena. Ou seja, no Brasil, a responsabilidade penal é de 12 anos. Isso significa que, caso um jovem com mais de 12 anos cometa um crime, quem será responsabilizado é ele mesmo, caso considerado culpado. Abaixo dos 12 anos, os responsabilizados são os pais, ou quem tiver a guarda legal do mesmo. Nesses casos, os jovens entre 12 e 18 anos cumprem pena educativa.

Fontes:

- <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/07/a-maioridade-penal-nos-9-paises-mais-seguros-do-mundo.html>
- <https://jus.com.br/artigos/31641/a-falta-do-instituto-medida-de-seguranca-na-justica-juvenil>

Questão: 22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conceito de Receita Corrente Líquida, como bem destaca o recorrente, deduz (exclui), nos Estados “as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional. Ocorre que o enunciado da questão pede o oposto: quais parcelas incluem-se no cômputo da RCL. Isto posto, mantenha-se o gabarito oficial.

Fonte:

- Art. 97, §3º do ADCT da Constituição Federal.

Questão: 29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão tem como base exatamente as normas constantes do Decreto nº 10.024/2019, ato normativo prescrito no documento Manual do Candidato - referências bibliográficas. Segundo o art. 1º, § 1º, da predita disciplina legal, é obrigatória a utilização do pregão eletrônico pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, de sorte que a alternativa ‘D’ é a única incorreta, atendendo, portanto, ao comando da questão. As demais alternativas constituem a literalidade dos seguintes dispositivos legais de mesmo decreto, respectivamente: art. 4º, caput do art. 2º e seu § 2º.

Fonte:

- BRASIL. Lei federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm>

Questão: 37**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.**

Afirmativas I e III encontram-se incorretas, pois a leitura dos §§ 3º e 12 do art. 40, c/c o § 11 do art. 201 da CF, deixam claro que somente devem figurar como base de cálculo da contribuição previdenciária as remunerações/ganhos habituais que tenham “repercussão em benefícios”. Assim, não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como ‘terço de férias’, ‘serviços extraordinários’, ‘adicional noturno’ e ‘adicional de insalubridade’, conforme RE 593068 julgado pelo Supremo Tribunal Federal, com repercussão geral.

A afirmativa II e IV estão corretas, uma vez que somente devem figurar como base de cálculo da contribuição previdenciária as remunerações. Ademais, a dimensão contributiva do sistema é incompatível com a cobrança de contribuição previdenciária sem que se confira ao segurado qualquer benefício, efetivo ou potencial.

Questão: 39**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O contribuinte pode oferecer de garantia, em sede de ação cautelar, para a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, cujo respectivo executivo fiscal ainda não foi ajuizado, visando à obtenção de certidão positiva com efeitos de negativa, conforme Tema Repetitivo 237 do STJ.

Questão: 42**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão pede que se aponte uma correlação de conceitos que não tenha nenhum acolhimento doutrinário. Embora remuneração e salário tenham conceitos distintos na legislação atual, para o senso comum e parte da doutrina os conceitos de remuneração e salário podem ser considerados como correlatos. Segundo Amauri Mascaro Nascimento, por exemplo, a teoria da contraprestatividade assevera que o “salário é a contraprestação do trabalho na troca que o empregado faz com o empregador, fornecendo a sua atividade e dele recebendo a remuneração correspondente.” Assim, a assertiva “C” não completa corretamente o enunciado. Ao contrário, não há qualquer entendimento doutrinário que equipare os conceitos de salário e gorjeta, conforme assertiva “A”. Nesse sentido, rejeita-se o recurso. Gabarito mantido.

Fonte:

- NASCIMENTO, Amauri Mascaro Nascimento. Curso de Direito do Trabalho. 26. ed. – São Paulo: Saraiva.

Cargo: Assistente Previdenciário**Tipo de Prova: Tipo 1 – BRANCA****Questão: 01****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Na frase “Agir assim, no entanto, não resolve o problema e pode até piorar” (2º§), as vírgulas foram utilizadas para separar a locução conjuntiva coordenativa adversativa pospositiva “no entanto”, estando correta a alternativa D.

Fonte:

- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2010, p. 428-429.

Questão: 02**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Na frase “Se o excesso de positividade é prejudicial, o oposto também é danoso” (5º§), se o termo “excesso” fosse flexionado no plural, ela ficaria assim: “Se os excessos de positividade são prejudiciais, o oposto também é”. Assim, três palavras ao todo, excetuando-se da contagem o termo a ser flexionado por determinação do enunciado, precisariam ter a grafia modificada para garantir a correta concordância verbo-nominal, estando correta a alternativa B.

Fonte:

- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2010, p. 438-472.

Questão: 11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo abordado na questão está dentro do que foi especificado em edital: Conhecimentos básicos de microcomputadores PC – Hardware.

As primeiras séries do Athlon, slot A, foram lançadas em versões de 500 a 700 Mhz, e essa série recebeu o codinome de K7.

Fonte:

- MORIMOTO, C. E. – Hardware II: o guia definitivo. – Porto Alegre: Sul Editores, 2012. – Pág.: 171.

Questão: 18

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A questão foi anulada por não haver alternativa que atenda ao questionamento abordado. O estado Tocantins, apesar da vegetação predominante ser o Cerrado (cobre 90% do território), cujas principais características são os grandes arbustos e as árvores esparsas, de galhos retorcidos e raízes profundas, o restante do seu território é constituído pela floresta de transição amazônica, ao norte do estado. Dessa forma, o estado do Tocantins encontra-se na zona de transição geográfica entre o cerrado e a floresta amazônica. Dos cinco grandes tipos de vegetação que cobrem o país, Tocantins apresenta duas: a Floresta Amazônica de terra firme (Bioma Amazônia) e a Savana (Bioma Cerrado).

Fonte:

- <https://www.infoescola.com/geografia/geografia-do-tocantins/>

Questão: 20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão é clara ao solicitar a afirmativa INCORRETA quanto ao bioma brasileiro retratado nas informações esclarecedoras e motivadoras que antecederam o questionamento. Sabe-se que o Cerrado é um bioma típico de regiões tropicais, apresentando duas estações bem marcadas: inverno seco e verão chuvoso. No entanto, as demais afirmações são verdadeiras e adequadas, confirmando, assim, o gabarito divulgado.

Fonte:

- <http://www.portalbrasil.net/cerrado.htm>

Questão: 21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “c” está incorreta. A Lei Complementar nº 41 de 24 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Formiga O art. 15 prevê em seu § 2º **Em se tratando de servidor, que esteja na data do ato de provimento, em licença ou afastado por qualquer outro motivo legal, o prazo será contado do término do referido impedimento. (Redação dada pela LC nº 82/2012, em seu Art. 1º).** Veja-se que a alternativa se referia a publicação do ato de provimento, enquanto a legislação se refere a ato de provimento.

Fonte:

- art. 15 da Lei Complementar nº 41 de 24 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Formiga

Questão: 24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão se referia a hipótese que não seria de benefícios assegurados pelo Regime Próprio de Previdência Social ao segurado. Nesta linha, prevê a Lei Municipal n.º 4172, de 31 de março de 2009: “**Art. 28.** Os benefícios assegurados pelo RPPS, preenchidos os requisitos legais, se classificam nos seguintes benefícios: I – Quanto ao segurado: a) aposentadoria por invalidez; b) aposentadoria por idade e tempo de contribuição; c) aposentadoria compulsória; d) aposentadoria por idade; e) auxílio doença; f) salário-família; g) salário-maternidade; II – **Quanto ao**

dependente: a) pensão por morte; b) auxílio reclusão;”. Veja-se que o auxílio reclusão é um benefício assegurado ao dependente e não ao segurado.

Fonte:

- art. 28 da Lei Municipal n.º 4172, de 31 de março de 2009

Questão: 25

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

O enunciado da questão pedia a alternativa que trouxesse a situação que não seria da competência dos Municípios. Sobre o tema, a Constituição Federal estabelece que: “Art. 30. Compete aos Municípios: (...) III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei; IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual; V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial (...)” Por outro lado, o art. 25 dispõe que “§2º Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.”

Fonte:

- Constituição Federal

Questão: 31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Lei nº. 6.404/76 dispõe sobre as sociedades por ações, mas se constitui também em um guia sobre como a contabilidade deve ser realizada no Brasil pelos demais tipos de sociedade.

Representando a base da legislação societária brasileira e sendo extensamente citada pela literatura contábil, a Lei 6.404 traz a estrutura contábil em relação à estrutura normativo, sendo o marco legal de origem da normatização contábil no Brasil, tendo representado importantes avanços para a contabilidade brasileira, em relação à legislação anterior (GELBCKE, 2018; NIYAMA, SILVA, 2011; COELHO, LINS, 2010).

A questão em voga questiona sobre os regimes contábeis (competência e caixa), a Lei nº. 6.404/76 uma das bases normativas para a utilização do regime de competência na escrituração contábil. O conteúdo está previsto no Edital nº. 01/2019, no Anexo I – Conteúdo Programático – Conhecimentos Específicos – Item I Conhecimento Específicos para cargos de Nível Superior Completo e Nível Médio - ASSISTENTE PREVIDENCIÁRIO: [...] Noções de Contabilidade: Conceito de Contabilidade Pública; Regimes Contábeis: conceito, princípios, regime de caixa e regime de competência. [...]

O artigo 177 da Lei 6.404/76 prescreve que deve ser utilizado o regime de competência

Art. 177. A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência (BRASIL, 1976).

Portanto, não havendo erro na questão ou nas alternativas e tendo-se verificado atendimento ao conteúdo programático previsto, a questão deve ser **mantida**.

Fontes:

- BRASIL. **Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as sociedades por ações.
- COELHO, C. U. F.; LINS, L. S. **Teoria da Contabilidade:** abordagem contextual, histórica e gerencial. São Paulo: Atlas, 2010.
- GELBCKE, A. *et al.* **Manual de contabilidade societária.** São Paulo: Atlas, 2018.
- NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2011.

Questão: 32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Lei nº. 6.404/76 dispõe sobre as sociedades por ações, mas se constitui também em um guia sobre como a contabilidade deve ser realizada no Brasil pelos demais tipos de sociedade.

Representando a base da legislação societária brasileira e sendo extensamente citada pela literatura contábil, a Lei 6.404 traz a estrutura contábil em relação à estrutura normativo, sendo o marco legal de origem da normatização contábil no Brasil, tendo representado importantes avanços para a contabilidade brasileira, em relação à legislação anterior (GELBCKE, 2018; NIYAMA, SILVA, 2011; COELHO, LINS, 2010).

A questão em voga questiona sobre a classificação das contas no Balanço Patrimonial segundo os elementos que registram.

Especificamente trata da classificação no ativo, ordem decrescente de grau de liquidez, isto é, expectativa de conversão em dinheiro, por isso primeiro aparece a conta caixa, que já é o próprio dinheiro (FEA/USP, 2010).

O artigo 178 da Lei 6.404/76 § 1º prescreve a ordem do ativo:

Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos: I – ativo circulante; e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009) II – ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Portanto, não havendo erro na questão ou nas alternativas e tendo-se verificado atendimento ao conteúdo programático previsto, a questão deve ser **mantida**.

Fontes:

- BRASIL. **Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as sociedades por ações.
- COELHO, C. U. F.; LINS, L. S. **Teoria da Contabilidade:** abordagem contextual, histórica e gerencial. São Paulo: Atlas, 2010.
- Equipe de Professores da FEA/USP. **Contabilidade Introdutória.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GELBCKE, A. *et al.* **Manual de contabilidade societária.** São Paulo: Atlas, 2018.
- NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2011.

Questão: 33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em voga questiona sobre folha de pagamento e apresenta enunciado objetivo e devidamente estruturado com os dados necessários à resolução. O comando é claro ao apontar “ Considerando somente as informações apresentadas quais serão, respectivamente, os valores do salário líquido a ser recebido pelo funcionário e da despesa da empresa com a folha de pagamento? ”

A folha de pagamento é um documento obrigatório tendo como fundamento a fiscalização trabalhista e a previdenciária. Uma folha de pagamento deve conter no mínimo as seguintes informações: nome dos empregados; cargo ou função; valor bruto de salários e demais itens da remuneração; descontos; e, valor líquido a receber (SCHMIDT, 2011).

De acordo com Marion (2012), salário corresponde aos proventos básicos contratuais; hora extra ao valor correspondente à horas trabalhadas a mais pelo empregado, acrescida de no mínimo 50%; FGTS é o empregador que faz o recolhimento de 8% sobre o salário bruto sem descontar do empregado; IRRF é descontado mensalmente a ser feito sobre o salário bruto do empregado; INSS é o dividido na parte do empregado descontada sobre o salário bruto de acordo com a tabela de valores e na parte patronal que é paga pela empresa.

Os salários e encargos incidentes sobre os mesmos classificam-se como despesas operacionais, quando referentes a funcionários das áreas comercial e administrativa, e como custo de produção ou de serviços, quando referentes a funcionários dos setores de produção e os alocados na execução de serviços objeto da empresa (FEA/USP, 2010).

Com as informações apresentadas temos:

Remuneração - Empregado		Folha de pagamento - Empresa	
Salário base	10.000,00	Salário base	10.000,00
HE trabalhadas + DSR	1.200,00	HE trabalhadas + DSR	1.200,00
(-) IRRF	(1.871,74)	INSS-patronal	3.001,60
(-) INSS - empregado	(1.232,00)	FGTS	896,00
Total	8.096,26		15.097,60

Dessa forma não foi verificado erro na divulgação do gabarito bem como na questão ou demais alternativas. Portanto tendo atendido aos critérios necessários, o gabarito e a questão devem ser **mantidos**.

Fontes:

- Equipe de Professores da FEA/USP. **Contabilidade Introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012
- SCHIMIDT, P.; SANTOS, J. L.; GOMES, J. M. M. **Contabilidade intermediária**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Questão: 34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O método alfabético é muito prático e simples, sendo ideal para consulta rápida e direta. Apesar de ser algo de fácil organização, este exige alguns cuidados como trocas de letra e inversões. Existem também regras de exceção [...] (MEDEIROS, HERNANDES, 2004). Faz parte do sistema direto de arquivamento, uma vez que a consulta é efetuada diretamente no arquivo, sem a necessidade de recurso auxiliar e para seu perfeito funcionamento deve estar condicionado ao emprego de Regras de Alfabetização.

Quando nos deparamos com sobrenomes compostos no final formados por substantivo e adjetivo ou ligados por hífen, não devemos separar as palavras que formam esse sobrenome.

Sobrenomes compostos de um substantivo e um adjetivo ou ligados por hífen não se separam.
Exemplo: Camilo Castelo Branco, Paulo Monte Verde Heitor Villa-Lobos; arquivam-se: Castelo Branco, Camilo, Monte Verde, Paulo, Villa-Lobos, Heitor [...] (PAES, 2008).

No caso de sobrenomes estrangeiros, é comum que haja uma partícula antecedendo o último sobrenome. O correto é considerar essa partícula quando for escrita com letra maiúscula, pois, nesse caso, essa partícula faz parte do último sobrenome.

As partículas dos nomes estrangeiros podem ou não ser consideradas. O mais comum é considerá-las como parte integrante do último sobrenome quando escritas com letra maiúscula.
Exemplo:Giulio di Capri, Esteban De Penedo, Charles Du Pont; arquivam-se Capri, Giulio di, De Penedo, Esteban Du Pont, Charles [...] (PAES, 2008).

Com os dados da questão temos:

José Carlos Assis e Marcos Paulo Moreira – não há exceções;

Maria Del Sasso e Ana Carla Castelo Branco – aplicam-se as exceções.

Assim: 1º) ASSIS, João Carlos

2º) CASTELO BRANCO, Ana Carla

3º) DEL SASSO, Maria

4º) MOREIRA, Marcos Paulo

Dessa forma, a sequência correta foi dada por: 1 – 4 – 2 – 3.

Portanto, foi verificada a existência de resposta correta ou gabarito, bem como não houveram erros ou equívocos na questão, devendo ser **mantida**.

Fontes:

- MEDEIROS, J. B.; HERNANDES, S. **Manual da Secretária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- PAES, M. L. **Arquivo: Teoria e Prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

Questão: 40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão retrata que, Segundo Cobra (2003), “alguns deslizes no atendimento ao público consumidor representam a maior ameaça ao negócio de qualquer empresa”. Tal informação trata-se apenas de uma elucidação esclarecedora que, neste caso, é uma explicação impulsionadora ao questionar sobre características descritas em relação “a uma atitude alarmante e ameaçadora”. As normas editalícias não preveem referências bibliográficas; dessa forma, tal citação refere-se apenas a um ‘fundamento motivador feito previamente à indagação exposta’. “Colocar as normas da empresa acima dos interesses de satisfação do cliente” é uma atitude alarmante, preocupante, estarrecedora, além ameaçadora denominada “livro de regras”. Considera-se que alguns deslizes representam a maior ameaça ao negócio de qualquer empresa, a saber:

Apatia: atitude de pouco caso dos funcionários da empresa, tais como vendedores, recepcionistas, pessoal de entrega etc.;

Dispensa: procurar livrar-se do cliente desprezando suas necessidades ou seus problemas, com frases como: ‘aqui não tem’ ou ‘ainda não chegou’;

Condescendência: significa tratar o cliente como se ele fosse uma criança e não soubesse o que quer;

Automatismo: significa um atendimento indiferente ou robotizado; isto quer dizer jogar o cliente de um departamento para outro sem se preocupar em resolver o seu problema;

Frieza: quando o cliente é atendido com indiferença, hostilidade, rispidez, desatenção ou impaciência;

Livro de regras: trata-se de uma das desculpas mais frequentes para o mau atendimento, em que as normas da empresa são colocadas acima dos interesses de satisfação do cliente.

Assim, conclui-se, portanto, que todo cliente deseja ser tratado com civilidade e atenção na hora do atendimento que lhe é oferecido. Ele deve ter a sensação de que é sempre bem-vindo; caso contrário, pode ser o ultimato para qualquer organização. Outro fator preponderante é que tal questão está associada aos itens do conteúdo programático: noções gerais de relações humanas e conhecimentos gerais das rotinas administrativas.

Fonte:

- Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/administracao-financas/-qualidade-no-atendimento-ao-cliente-como-fator-crescimento-empresarial.htm>

Cargo: Controlador Interno Previdenciário

Tipo de Prova: Tipo 1 – BRANCA

Questão: 06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para atender ao comando desta questão, deve-se analisar o que se afirma em I, II e III sobre o trecho do enunciado. Em I, afirma-se que a palavra “mais” foi usada para explicitar uma relação lógica de sentido de oposição, entretanto, essa palavra é um advérbio e serve para intensificar o verbo “ter”. Em II, afirma-se que as vírgulas foram usadas para isolar adjunto adverbial deslocado, o que está correto, já que a informação isolada pelas vírgulas tem valor temporal e se apresenta na ordem indireta na oração subordinada adverbial consecutiva. Em III, afirma-se que há respectivamente uma relação de causa e consequência no trecho em questão, o que também está correto, e pode ser comprovado pela relação estabelecida entre os conectivos “tanto/que”. Sendo assim, apenas a alternativa D atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- CEGALLA. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. *Aprender e praticar gramática*. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

Questão: 07

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

Para atender ao comando desta questão, deve-se analisar a informação retomada pelos pronomes destacados em cada uma das alternativas. Na alternativa A, destaca-se o pronome “sua” neste contexto: “Mesmo que o capitalismo, na sua fúria pelo fetiche da inovação”. Nota-se que o pronome está adequadamente substituindo a informação sugerida entre parênteses: mesmo que o capitalismo, na fúria do capitalismo pelo fetiche da inovação. Na alternativa B, o pronome “ela” retoma “brasileira”, ou seja, a outra personagem da história, e não a personagem (“a pequena senhora”) sugerida entre parênteses, portanto, esta alternativa não atende ao comando desta questão. Na alternativa C, o pronome “aqui” destacado retoma adequadamente a informação sugerida entre parênteses, como se pode confirmar em: “setecentos anos são necessários para você ver e cultivar a beleza, que aqui não representa a beleza puramente estética” ou seja, setecentos anos são necessários para você ver e cultivar a beleza, que [na história] aqui não representa a beleza puramente estética. Na alternativa D, o pronome “isso” também retoma adequadamente a informação entre parênteses: “[acreditar que o futuro depende dos mais velhos] isso em nada significa a adesão cega [...]”. Sendo assim, apenas a alternativa B atende ao comando desta questão e o gabarito preliminar, então, deve ser alterado para esta alternativa.

Fontes:

- ANTUNES. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- CEGALLA. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. *Aprender e praticar gramática*. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

Questão: 12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para exibir ou ocultar o narrador, no Windows 10, em tela sensível ao toque, o atalho de teclado é: tecla Win + Enter.

Fonte:

- LAMBERT, J.; LAMBERT, S. *Windows 10 passo a passo*. Porto Alegre: Bookman, 2016. – Pág.: 553

Questão: 18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recuso é IMPROCEDENTE, já que o comando da questão é claro ao solicitar a afirmativa INCORRETA sobre a distribuição populacional; portanto, a alternativa “A) O crescimento populacional vem registrando aumentos significativos” está INCORRETA, uma vez que as estatísticas mostram que há uma queda no ritmo de crescimento da população global. Nos anos 1990, esse crescimento era de 82 milhões de pessoas por ano. De acordo com as estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), a Terra terá pouco mais de 9 bilhões de habitantes em 2050, crescendo a um ritmo anual de 0,33%, taxa bem inferior à atual, que é de 1,2%. A afirmativa “C) África é o continente que possui a maior taxa de crescimento populacional” está correta, já que não exclui a citação referente ao continente Asiático. Apenas confirma que tal continente possui uma evidente taxa do crescimento populacional. As informações “Segundo novo relatório, habitantes do planeta devem chegar a 9,7 bilhões de pessoas em 2050 e cerca de 11 bilhões em 2100; em 2018, pela primeira vez, mais pessoas tinham 65 anos ou mais do que menos de cinco anos.” (Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/numero-de-pessoas-no-mundo>. Acesso em: 03/03/2021. Com adaptações.) se tratam somente de esclarecimentos motivadores, ou seja, fundamentos para fins de contextualização do tema a ser indagado. Reitera-se que tais informações encontram-se embasadas no último relatório; não é retratado de que o crescimento populacional vem registrando aumentos significativos; já que esta informação é falsa, inverídica.

Fonte:

- Almanaque Abril 2012 (São Paulo: Editora Abril, 2012, p. 110).

III
DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

15 de outubro de 2021
INSTITUTO CONSULPLAN